

INSTITUTO FEDERAL
SERGIPE

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe



Plano de Desenvolvimento Institucional 2009 - 2014

**“Revisão do Planejamento Estratégico”
2012**

**Aracaju
Março, 2012**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	03
EQUIPE GESTORA	04
COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ATUALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO	05
1. PERFIL INSTITUCIONAL	06
1.1. Histórico de Implantação e Desenvolvimento da Instituição	06
1.1.1. Abordagem Histórica da Trajetória Institucional do CEFET-SE	06
1.1.2 Abordagem Histórica da Trajetória Institucional da EAFSC	12
1.1.3 Organização Atual do Instituto	15
2. MISSÃO, VISÃO E VALORES	16
2.1 Missão	16
2.2 Visão Institucional	16
2.3 Valores	16
3. FINALIDADES, OBJETIVOS E METAS	17
3.1 Finalidades	17
3.2 Objetivos	18
3.3 Metas	19
3.3.1 Metodologia de Revisão das Metas	20
3.3.2 Metodologia Utilizada na Reconstrução do Planejamento Estratégico..	20
3.3.3 Identidade do IFS	22
3.3.4 Plano Estratégico 2009-2014 (REVISADO EM 2012)	24
3.3.5 Mapa Estratégico	25
3.3.6 Objetivos e metas.....	28

APRESENTAÇÃO

*“A Educação não transforma o mundo,
a educação transforma pessoas e as
pessoas transformam o mundo”*

Paulo Freire

O Instituto Federal de Sergipe (IFS) foi criado a partir da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com o objetivo de elevar a escolaridade brasileira a níveis de excelência. Desde então, a instituição vem desenvolvendo seu papel social em Sergipe, transformando-se em referência para o ensino tecnológico no estado por oferecer uma educação de qualidade.

Seguindo o que determina a lei que rege os institutos federais, o IFS engloba o tripé ensino, pesquisa e extensão. Com base nesses três elementos, a instituição possibilita à sua comunidade acadêmica a verticalização do ensino, oferecendo educação tecnológica desde os cursos de formação inicial e continuada, passando pelos níveis técnico e superior, chegando à pós-graduação.

Para o quinquênio 2009-2014, o IFS iniciou e tem implementado suas ações, estendendo-as de forma mais efetiva ao interior do estado. Quando foi criado, o IFS era composto apenas pelos *campi* Aracaju, São Cristóvão e Lagarto. Atualmente, a instituição conta com mais três *campi*, instalados nas cidades de Nossa Senhora da Glória, Estância e Itabaiana, além de um pólo avançado localizado em Cristinápolis, cuja implantação foi possível graças às parcerias firmadas com outros entes estatais.

Com o lançamento, pelo Governo Federal, da terceira fase da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o IFS implantará mais quatro *campi* no estado. A ampliação do instituto e, conseqüentemente, da sua responsabilidade social perante a sociedade sergipana, tornou necessária a revisão do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), já que devem ser traçados novos objetivos e metas, baseados em situações concretas e agregando todas as suas unidades.

As propostas apresentadas pela atual gestão do IFS para a revisão do PDI convidam a comunidade para participar ativamente das ações do instituto. O objetivo é que todos estejam envolvidos nas iniciativas, tanto no campo da pesquisa, através de inovações tecnológicas; quanto na extensão, com ações que integrem a comunidade externa e a interna; e no ensino, primando pela qualidade, através da qualificação de seus servidores.

Nessa perspectiva, a Reitoria, juntamente com suas pró-reitorias, diretorias sistêmicas e direções gerais dos *campi*, apresenta para toda a comunidade a revisão do PDI. É importante ressaltar que este documento, que será uma diretriz para os próximos anos, pode ser alterado a qualquer tempo, especialmente em virtude de transformações sociais, políticas e organizacionais que possam eventualmente ocorrer. Esta atualização do PDI deve nortear as ações futuras do IFS, direcionando os esforços de todos para a construção de um instituto cada vez melhor.

Ailton Ribeiro de Oliveira

Reitor

Aracaju, março de 2012

EQUIPE GESTORA

- ✧ **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**
Dilma Rousseff
- ✧ **MINISTRO DA EDUCAÇÃO**
Aloizio Mercadante
- ✧ **SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**
Eliezer Moreira Pacheco
- ✧ **REITOR DO IFS**
Ailton Ribeiro de Oliveira
- ✧ **DIRETOR DO CAMPUS ARACAJU**
Fernandes Barbosa Monteiro
- ✧ **DIRETOR DO CAMPUS LAGARTO**
Marinaldo José de Medeiros
- ✧ **DIRETOR DO CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO**
Alfredo Franco Cabral
- ✧ **DIRETOR DO CAMPUS ESTÂNCIA**
Luciano Melo
- ✧ **DIRETOR DO CAMPUS ITABAIANA**
José Rocha Filho
- ✧ **DIRETOR DO CAMPUS NOSSA SENHORA DA GLÓRIA**
Luciano Santana
- ✧ **PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO**
Alex Sandro Barbosa de Carvalho
- ✧ **PRÓ-REITOR DE ENSINO**
José Adelmo Menezes de Oliveira
- ✧ **PRÓ-REITORA DE PESQUISA E EXTENSÃO**
Ruth Sales Gama de Andrade
- ✧ **PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**
Alberto Aciole Bomfim
- ✧ **PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS**
Sérgio Maurício Mendonça Cardoso
- ✧ **DIRETOR DE PLANEJAMENTO DE OBRAS E PROJETOS**
Pablo Gleydson de Sousa
- ✧ **DIRETORA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**
Maria Eliane de Oliveira Vargas

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ATUALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO IFS/2009-2014 (Revisado em 2012)

ALBERTO ACIOLE BOMFIM
Presidente

OLAVO NERY COIMBRA BENEVELLO FILHO

REINALDO FERREIRA DE MELO

JOSÉ RIBEIRO DE SOUZA NETO

PAULO REGE SANTOS MATOS

JÚNIOR CÉZAR NETO SILVA

RODRIGO MELO GOIS

FÁBIO SÉRGIO ANDRADE PRADO
Revisor Gráfico

ADEMIR ANTÔNIO DA SILVA
Revisor Geral

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1. Histórico de Implantação e Desenvolvimento da Instituição

Com a promulgação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, inicia-se a história do Instituto Federal de Sergipe – IFS. A instituição *multicampi* é composta pela integração de duas autarquias federais, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe – CEFET-SE e a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão – EAFSC, sendo que o CEFET possuía uma unidade descentralizada (UNED) localizada no município de Lagarto, a qual com o processo de integração acima referido, foi transformada em um dos *campi* do IFS. Foi através do Decreto nº 6.095 de 24 de abril de 2007, que viabilizou a Chamada Pública MEC/SETEC nº 002/2007, de 12 de dezembro de 2007, que a referida integração foi viabilizada. Posteriormente, a Portaria nº 116/SETEC, de 31 de março de 2008, publica a relação das propostas de criação dos Institutos aprovados nos diversos estados da Federação, inclusive o Instituto Federal de Sergipe.

A partir de tal processo de integração, os Institutos Federais apresentam uma nova perspectiva no campo da educação profissional e tecnológica, trazendo na essência de sua criação a dimensão de um novo tempo. Haverá, dessa forma, maior abrangência de atuação dessa modalidade de ensino, especialmente com o surgimento das novas unidades, através do plano de expansão, que atuarão como *campi* avançados e vinculados aos seus respectivos Institutos Federais. Cada uma dessas instituições, agora denominada *campus*, tem trajetórias de educação profissional e tecnológica própria que são descritas a seguir:

1.1.1. Abordagem Histórica da Trajetória Institucional do CEFET-SE

O Estado Brasileiro, através do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, no governo do então presidente Nilo Peçanha, a pretexto de atender aos “desfavorecidos da fortuna”, isto é, de prover as classes proletárias de meios que garantissem a sua sobrevivência, trás à luz uma rede de Escolas de Aprendizes e

Artífices. Apenas em 1º de maio de 1911, a Escola de Aprendizes e Artífices de Sergipe, “irmã caçula” da rede, sob a direção do Dr. Augusto César Leite, dá início às suas atividades oferecendo o ensino primário formado pelas matérias de cultura geral, que compreendiam o curso de Letras e Desenho Geométrico e o ensino de ofícios, este último representado pelos cursos de Marcenaria, Alfaiataria, Selaria, Ferraria, Mecânica e Sapataria.

Em 1930, as Escolas de Aprendizes e Artífices dão lugar aos Liceus Industriais, mudança de pouca relevância, pois em nada altera os objetivos até então pretendidos. Na Primeira República, como se sabe, eram baixos os índices de urbanização e industrialização e a economia não fazia, praticamente, nenhuma exigência à escola. Na década de 1930, no entanto, já se percebe uma certa presença do capitalismo industrial, que inaugura novo quadro de demandas educacionais por parte de camadas da população cada vez mais expressivas. Em 1942, obedecendo ao novo contexto da economia brasileira, cujo eixo voltou-se da atividade agroexportadora para a industrial, os Liceus Industriais dão lugar às Escolas Técnicas Industriais, ampliando a oferta de ensino para o nível equivalente ao secundário.

Ainda antes do Estado Novo, surge, através de comissão de educadores indicada pelo então Ministro Francisco Mariani, proposta de reforma geral da educação nacional, que terminou por dar origem à nossa primeira LDB (Lei nº 4.024/61), aprovada pelo Congresso Nacional depois de longa gestação de treze anos. Durante esse longo processo, o conceito de diretrizes e bases antes visto de maneira não integrada, passou a apresentar dinamismo. O termo bases possuiria conteúdo de concepção política, enquanto as diretrizes, invocando a ação adjetiva da educação, apresentariam conteúdo de formulação operativa.

Pela Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1958, a Escola adquire *status* de Autarquia Federal, conquistando autonomia didática, financeira, administrativa e técnica, ofertando o ensino médio e formação profissional, concomitantemente. Tal mudança possibilitava o prosseguimento dos estudos em grau mais elevado, conforme preconizava um de seus objetivos: “proporcionar base de cultura geral

e iniciação técnica, permitindo ao educando integrar-se na comunidade e participar do trabalho produtivo ou prosseguir seus estudos”.

Dentro dessa nova perspectiva, o primeiro curso técnico oferecido foi o de Técnico em Edificações, que começou a funcionar em 1962, seguido dos Cursos de Estradas, Eletromecânica, Eletrotécnica e de Máquinas e Motores, buscando atender às necessidades do setor industrial, que evoluía e necessitava de profissionais com formação mais especializada.

O advento da Ditadura Militar marcou expressivamente a política educacional brasileira, sobretudo a educação profissional. As Constituições de 1967 e 1969, sob inspiração ideológica da “segurança nacional”, abriram espaço para amplo apoio ao ensino particular e reduziram para doze anos a idade mínima permitida para o trabalho de menores, além de cercear a atividade docente. Em 1968, surge a Lei nº 5.540 que tratava somente do ensino superior. Em 1971, nossa segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº 5.692/71), denominada Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, teve, igualmente, período gestatório lento, porém impermeável a debates e à participação da sociedade civil. Entre outras mudanças, a Lei nº 5.692/71 impõe um cunho técnico-profissional a todo currículo de segundo grau. Por conseguinte, um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime de urgência. Naquele período, as Escolas Técnicas Federais aumentam expressivamente o número de matrículas e implantam novos cursos técnicos.

Em 1978, três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica. Tal mudança confere àquelas Instituições mais uma atribuição: a graduação no ensino superior, formando licenciados e tecnólogos.

Em 1980, para suprir as demandas do mercado de trabalho, a Escola Técnica de Sergipe cria o curso de Química, voltado para a área industrial. Já em 1982, os cursos de Auxiliares Técnicos em Eletrotécnica e Telecomunicações, que vinham funcionando há mais de 20 anos, foram extintos, criando-se então o Curso Técnico em Eletrônica.

O acordo firmado entre o MEC e o BIRD, no ano de 1983, marcou o início da política de interiorização da educação profissional, o que resultou para a ETF-SE, além da modernização de suas dependências, a construção da Unidade Descentralizada de Lagarto.

Em 1994, a Portaria nº 489, de 06 de abril, autoriza o funcionamento da Unidade de Ensino Descentralizada de Lagarto, que começa a funcionar, de fato, no ano de 1995, ofertando os cursos de Edificações e Eletromecânica, seguidos, em 1996, do curso de Informática Industrial. Em 2007, realiza-se o primeiro vestibular para o curso superior de tecnologia em Automação Industrial.

Em 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 é aprovada. No ano seguinte, através do Decreto nº 2.208, dá-se a regulamentação dos artigos da nova LDB que tratam especificamente da educação profissional. As mudanças alteram todo o processo para a qualificação de mão de obra, em meio às transformações da educação profissional. Retoma-se, em 1998, o processo de transformação das demais Escolas Técnicas Federais (ETF's) em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), sob a égide da Lei nº 8.948/94, do Decreto nº 2.046/97 e da Portaria Ministerial nº 2.267/97.

Em 1998, o Governo Brasileiro assina convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), braço financiador da reforma. Tal medida concorreu, de certa forma, para acirrar os debates e impulsionar as Escolas no sentido de ganharem identidade própria e assumirem posição em face da sociedade e da realidade do mundo produtivo. Os anos 90 mereceriam, pois, análise especial e criteriosa, uma vez que as escolas da rede técnico-profissional procederam a uma movimentação sem precedentes no que concerne à construção de suas propostas pedagógicas. Desde então, ficaria visível a opção de cada uma delas, sempre baseada na maturidade construída sobre questões relacionadas principalmente com o tripé educação/trabalho/tecnologia e nas decisões que incidiam na formação do homem e em seus direitos de cidadania.

A partir deste momento histórico, a reformulação curricular que se processou no interior dos CEFET's elevaria o potencial da Instituição, capacitando-a para responder aos anseios da sociedade e possibilitando mudanças significativas na realidade da região onde se encontra localizada, seja no ensino, na pesquisa ou na extensão. Esse processo construtivo (situado e datado), sintonizado com o desenvolvimento do País numa concepção de escala que vai do regional ao global, referenda essas instituições na produção e democratização do conhecimento em todos os níveis e graus de ensino, sempre tomando como fundamento precípuo a dimensão humana da formação, traduzida no sentido da emancipação.

Em Sergipe, o projeto institucional de implantação do CEFET foi protocolado em Brasília sob o número 230/98-66. A Escola Técnica de Sergipe, todavia, somente em 13 de novembro de 2002 passaria a ocupar o *status* de Centro Federal de Educação Tecnológica, após quatro anos de atendimento às diligências para aprovar seu projeto institucional. Em 2003/04, ocorre a oferta dos Cursos Superiores de Tecnologia em Saneamento Ambiental e Ecoturismo. Em 2006/07, são lançados os cursos de Licenciatura em Matemática e o de Graduação Tecnológica em Automação Industrial e, finalmente, em 2008/09 oferece Engenharia de Produção Civil e Licenciatura em Química.

Com o advento da primeira Reforma do Ensino Profissional, mediante o Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, que regulamenta os artigos 36 e de 39 a 41 da atual LDB, a Escola passa a ofertar, nos moldes dessa Reforma, cursos de Nível Básico, Técnico e o Ensino Médio. Nesse momento, os desenhos curriculares assumem uma estrutura modular, por competências e dissocia o ensino médio do técnico. Convém ressaltar que a concepção subjacente a esse modelo não teve aceitação de parte expressiva dos educadores. Além desses fatores, destaca-se também que nesse período os estudantes egressos do ensino fundamental matriculavam-se no ensino médio e ao concluírem esse nível de ensino, quando aprovados no concurso vestibular, evadiam-se dos cursos técnicos, elevando assim, os índices de evasão da Instituição, apesar da oferta da concomitância interna.

Em 23 de julho de 2004, entra em vigor o Decreto nº 5.154 que revoga o Decreto nº 2.208/97, definindo e regulamentando nova articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio, através da forma integrada.

A partir dessa prerrogativa legal, o CEFET-SE pôde estruturar seus currículos, ofertando em 2007 dez cursos técnicos integrados e quatro na modalidade EJA, tendo como pressuposto a formação integral do educando, superando assim a segmentação e a desarticulação entre formação geral e profissional. Ou seja, partiu-se da compreensão de que Educação é o exercício de uma prática social transformadora e que a missão deste Centro seria promover educação que combinasse os saberes científicos, tecnológicos e humanistas. Com isto, contribuiu-se para a formação do cidadão trabalhador, crítico, reflexivo, competente e comprometido com as transformações sociais, políticas e culturais, vis-à-vis ao mutante mundo do trabalho.

A expansão da educação profissional e tecnológica (EP&T), programada para ocorrer em duas fases, no período de 2005 a 2010, é uma ação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). A partir de 2008, deu-se início à segunda fase do plano de expansão, com a construção de 150 novas unidades para contemplar os 26 estados e o Distrito Federal. Foram previstos investimentos da ordem de R\$ 750 milhões em obras e gastos R\$ 500 milhões, por ano, em custeio e salários de professores e funcionários, contratados por concurso público.

Com as duas fases do plano de expansão, as 170 mil vagas iniciais foram acrescidas de outras 274 mil, ampliando em 161% o acesso de jovens à qualificação profissional, oferecendo, nos diversos níveis e modalidades de ensino, suporte ao desenvolvimento da atividade produtiva, oportunidades de geração e disseminação de conhecimentos científicos e tecnológicos, além de estímulo ao desenvolvimento socioeconômico em níveis local e regional. As áreas dos cursos são variadas, de acordo com a demanda de técnicos para a região, e a meta prevista é que até 2010 tivéssemos em funcionamento 354 instituições, oferecendo cerca de 500 mil vagas.

Na segunda fase da expansão, a definição das localidades contempladas orientou-se por uma abordagem multidisciplinar, fundamentada em análise crítica de variáveis geográficas, demográficas, socioambientais, econômicas e culturais, com destaque para as seguintes finalidades:

- distribuição territorial equilibrada das novas unidades de ensino;
- cobertura do maior número possível de mesorregiões em cada Unidade da Federação;
- proximidade das novas unidades de ensino aos Arranjos Produtivos Locais instalados e em desenvolvimento;
- interiorização da oferta pública de educação profissional e de ensino superior;
- redução dos fluxos migratórios originados nas regiões interioranas com destino aos principais centros urbanos;
- aproveitamento de infraestruturas físicas existentes;
- identificação de potenciais parcerias.

Diante desses critérios, o Estado de Sergipe foi contemplado com três novas unidades:

Municípios Sergipanos Contemplados na Fase II da Expansão da EP&T

Município	Mesorregião	Previsão de Implantação	APL's
Estância	Leste	2008	Agricultura, Comércio e Indústria
Nossa Senhora da Glória	Sertão	2009*	Agricultura e Comércio
Itabaiana	Agreste	2010*	Hortifrutigranjeiros Transporte Comércio

***A SETEC/MEC autorizou a antecipação do início de construção desses campi para 2008.**

1.1.2 Abordagem Histórica da Trajetória Institucional da EAFSC

A Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, uma autarquia federal, vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), localizada na região leste do Estado de Sergipe, situada no km 96 da BR 101, no povoado Quissamã, município de São Cristóvão, fica equidistante dos centros urbanos de Aracaju e São Cristóvão aproximadamente 19 (dezenove) quilômetros. A Escola teve sua origem no Patronato São Maurício, que fora criado

em 1924 pelo governo do Estado de Sergipe e oferecia curso de aprendizes e artífices a crianças e adolescentes com problemas de ajustamento social e emocional.

Em 1926, o Patronato teve sua denominação modificada, passando a se chamar Patronato de Menores "Francisco de Sá" em homenagem ao Ministro da Aviação do Governo Artur Bernardes. Em 1931, o interventor federal, Augusto Maynard Gomes, modificou a denominação do Patronato, que passou a se chamar Patronato de Menores "Cyro de Azevedo". Dez anos após a sua instalação, o Patronato de Menores "Cyro de Azevedo" foi federalizado. Em 1934, o "Patronato" recebe através de Decreto, nova denominação, "Aprendizado Agrícola de Sergipe" e, em 1939, passou a "Aprendizado Agrícola Benjamin Constant". A partir de 1943, é autorizado a manter cursos de ensino rural com duração de três anos, destinados à formação de trabalhadores rurais¹.

Em agosto de 1946, a Lei Orgânica do Ensino Agrícola estruturou o ensino técnico profissional no Brasil. Neste momento, o aprendizado recebeu nova denominação passando a se chamar "Escola de Iniciação Agrícola Benjamin Constant". Esse tipo de escola ministrava o curso de Iniciação Agrícola, qualificando em dois anos operários agrícolas e complementando em mais três anos o curso de Mestria Agrícola.

Em 1952, quando a escola passou a ministrar os ensinos primário e ginasial, foi denominada "Escola Agrícola Benjamin Constant". As Escolas Agrícolas foram criadas com o objetivo de formar técnicos agrícolas em nível médio, mantendo dois cursos: o de Técnico em Agropecuária, presente em todas as escolas, e o de técnico em Economia Doméstica, existente em algumas delas, inclusive na então "Escola Agrícola Benjamin Constant". Com o advento da Lei nº 4.024/61, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a partir de 1964 a denominação da escola foi novamente modificada passando a ser chamada "Colégio Agrícola Benjamin Constant".

A última alteração do nome da instituição ocorreu em 1979, quando passou a se chamar "Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE".

¹ NASCIMENTO, Jorge Carvalho. Memórias do Aprendizado: 80 anos de ensino agrícola em Sergipe. Maceió: Edições Catavento, 2004, p. 81.

Denominações da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE (1924 – 2010)

DENOMINAÇÕES	ANO DE ADOÇÃO
Patronato São Maurício	1924
Patronato de Menores "Francisco de Sá"	1926
Patronato de Menores "Cyro de Azevedo"	1931
Aprendizado Agrícola de Sergipe	1934
Aprendizado Agrícola "Benjamin Constant"	1939
Escola de Iniciação Agrícola "Benjamin Constant"	1946
Escola Agrícola "Benjamin Constant"	1952
Escola Agrotécnica "Benjamin Constant"	1957
Colégio Agrícola "Benjamin Constant"	1964
Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão	1979

Fonte: Coleção de leis e decretos do Estado de Sergipe referente aos anos de 1924 a 1931 e coleção das edições do Diário Oficial da União referentes aos anos de 1934 até 1979.

Em 1992, a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, buscando proporcionar uma melhoria no processo ensino-aprendizagem, decidiu reformular os currículos dos cursos até então oferecidos. A Instituição entendia então que a formação tecnológica deveria preparar os indivíduos para o reconhecimento e domínio de técnicas, processos e produtos de trabalho, ultrapassando a mera aplicabilidade e investindo nas pesquisas e na criatividade procurando, mediante fundamentos científicos atualizados, a transformação das diversas realidades. O interesse dos planejadores do ensino se ancorava na ideia de que o domínio dos conteúdos científicos objetivava a formação da consciência crítica capaz de corrigir desvios e transformar a realidade da sociedade capitalista. No momento em que foi tomada a decisão de mudar os currículos dos cursos oferecidos pela Escola, a Instituição formava anualmente, cerca de 160 técnicos em Agropecuária e 30 técnicas em Economia Doméstica. Normalmente, os alunos do curso de Agropecuária que mais se destacavam conseguiam imediatamente colocações em empresas privadas ou se estabeleciam como produtores rurais autônomos, ocupando vagas também no setor industrial, no comércio, em bancos e no magistério, além de conseguirem emprego no setor público, principalmente em atividades de extensão rural. Já as técnicas em Economia Doméstica encontravam postos de trabalho em empresas privadas do setor agrícola, no magistério, no comércio, na indústria, em atividades artesanais, nos

bancos, em hospitais, em cozinhas industriais, em hotéis e na área de extensão rural do setor público.

Em 17 de novembro de 1993, a Escola, juntamente com o CEFET, é transformada em autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, através da Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993. Antes de ser transformada em autarquia federal, a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE sofreu quatro grandes reformas administrativas, nos anos de 1925, 1927, 1964 e 1979. Quando da criação da autarquia, em 1993, a Escola dispunha de uma estrutura diretiva composta de um Diretor Geral, um Diretor Adjunto, uma Divisão de Atividades Técnicas e uma Divisão de Atendimento ao Educando. Além disso, a Escola possuía um Conselho Técnico Consultivo do qual participavam o Diretor Geral, um representante do segmento docente, um representante do segmento administrativo, um representante do segmento discente, um representante dos órgãos ligados à agropecuária existentes no Município de São Cristóvão, um representante dos ex-alunos e um representante da Secretaria de Ensino de 2º Grau (SESG) do MEC. Para tratar especificamente dos problemas de caráter didático-pedagógico, a Escola tinha um Conselho de Professores. Existia ainda o Conselho de Classe objetivando uma permanente avaliação de todas as atividades relacionadas à situação disciplinar e ao rendimento escolar dos alunos.

O organograma da Instituição no momento da integração para a formação do IFS era formado por uma Diretoria Geral, seu órgão executivo, um Departamento de Administração e Planejamento (DAP), um Departamento de Desenvolvimento Educacional (DDE) e cinco Coordenadorias Gerais: a Coordenação Geral de Recursos Humanos (CGRH), a Coordenação Geral de Administração e Finanças (CGAF), a Coordenação Geral de Acompanhamento ao Educando (CGAE), a Coordenação Geral de Produção e Pesquisa (CGPP) e a Coordenação Geral de Ensino (CGE). A Escola possuía ainda um Conselho Diretor, seu órgão deliberativo, consultivo e de assessoramento à Direção Geral.

1.1.3 Organização Atual do Instituto

O Instituto Federal de Sergipe é constituído de uma Reitoria, instalada provisoriamente nas dependências do *Campus Aracaju*, estando prevista ainda durante o ano de 2012 o início da construção de um prédio exclusivo para seu funcionamento. O Instituto Federal de Sergipe teve sua rede ampliada em 2008 com a segunda fase da Expansão, passando a ser constituído por 06 (seis) *campi*: os *campi* existentes no momento da criação, Aracaju, São Cristóvão e Lagarto e mais os *campi* de Estância, Itabaiana e Nossa Senhora da Glória que, provisoriamente, encontram-se funcionando em locais cedidos pelo governo estadual ou municipal, enquanto completa-se a construção de suas sedes próprias.

Recentemente, com a terceira fase do plano de expansão, o Instituto foi acrescido de mais 04 (quatro) novos *campi*, com sede nos municípios de Poço Redondo, Propriá, Tobias Barreto e Nossa Senhora do Socorro. Os trabalhos para implantação destes novos *campi* já foram iniciados com a escolha dos terrenos onde serão edificados, e a realização de audiências públicas objetivando a definição dos cursos a serem oferecidos de acordo com as demandas de cada região. Durante o ano de 2012 serão definidos os respectivos projetos e após as devidas licitações, iniciadas as construções. A previsão de início de funcionamento desses *campi* é para o ano de 2013.

2. MISSÃO, VISÃO E VALORES

2.1 Missão

Promover a educação profissional, científica e tecnológica gratuita e de excelência, em todos os níveis e modalidades, através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, para formação integral dos cidadãos, capazes de impulsionar o desenvolvimento sustentável do Estado e da Região.

2.2 Visão Institucional

Ser uma instituição de referência na Região Nordeste em educação profissional, científica e tecnológica até 2014.

2.3 Valores

O Instituto Federal de Sergipe garantirá a todos os seus *campi* a autonomia da gestão institucional democrática a partir dos princípios constitucionais da Administração Pública, Ética, Desenvolvimento Humano, Responsabilidade Socioambiental, Inovação, Qualidade e Excelência, Autonomia dos *Campi*, Compromisso Social, Transparência e Respeito à diversidade.

a) Ética – Referência básica que orientará as ações institucionais;

b) Desenvolvimento Humano – Promoção da cidadania, integração e do bem-estar social;

c) Inovação – Novas soluções às demandas apresentadas;

d) Qualidade e Excelência – Melhoria permanente dos serviços prestados;

e) Autonomia dos *Campi* – Respeito à singularidade de cada *campus*;

f) Transparência – Mecanismos de acompanhamento e de conhecimento das ações da gestão;

g) Respeito – Atenção especial aos estudantes, servidores e público em geral;

h) Compromisso Social – Efetivação das ações sociais.

3. FINALIDADES, OBJETIVOS E METAS

3.1 Finalidades

O IFS, a exemplo das demais instituições de ensino que integram a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, de acordo com a Lei nº 11.892/2008, tem por finalidades e características:

- I. ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

- II. desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal de Sergipe;
- V. constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI. qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII. desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII. realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX. promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais sustentáveis, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

3.2 Objetivos

- I. ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II. ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III. realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- VI. ministrar em nível de educação superior:
 - a. cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - b. cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - c. cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

- d. cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
- e. cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

3.3 Metas

3.3.1 Revisão das Metas

Tornou-se necessária a revisão e a atualização das metas, tendo em vista a nova organização da Instituição, norteada pelos itens necessários à atualização do **PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional**, atendendo aos anseios da comunidade.

3.3.2 Metodologia Utilizada na Reconstrução do Planejamento Estratégico

A necessidade de envolvimento e comprometimento do corpo de dirigentes com o planejamento direcionou a metodologia para um amplo processo de capacitação, concomitante ao desenvolvimento do plano estratégico, com o propósito de alinhar conceitos e criar um ambiente propício para assegurar a sua efetividade.

A reelaboração do **Plano Estratégico** do IFS foi conduzida em várias etapas, assim distribuídas:

- I. Designação de uma Comissão, através de Portaria do Reitor, com objetivo de reelaborar o Planejamento Estratégico em sintonia com a atual situação do IFS;
- II. Realização de várias reuniões para definição das “novas Dimensões” requeridas pela instituição, a serem perseguidas no horizonte temporal definido coletivamente;
- III. Elaboração dos objetivos estratégicos, metas e períodos de execução componente de cada dimensão;

- IV. Construção das formulações estratégicas: missão, visão de futuro e valores institucionais;
- V. Estudo do ambiente interno e do ambiente externo e suas perspectivas, observando as oportunidades, ameaças, forças e fraquezas da instituição;
- VI. Reunião com Pró-Reitores, Diretores Sistêmicos, Diretores dos *campi*, Diretores/Gerentes de Departamentos e Coordenadores Gerais para apresentação do documento em construção;
- VII. Encaminhamento do documento aos *campi*, Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas, objetivando ampla discussão junto à comunidade;
- VIII. Recebimento de valiosas contribuições dos *campi*, Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas, por meio de propostas de aperfeiçoamento do documento em construção, através da incorporação de sugestões setoriais;
- IX. Encaminhamento do documento, em fase de finalização, aos Pró-Reitores, Diretores Sistêmicos, Diretores dos *campi*, Diretores/Gerentes de Departamentos e Coordenadores Gerais para apreciação;
- X. Concepção da sistemática de acompanhamento, controle e avaliação do Plano Estratégico;
- XI. Encaminhamento ao Colégio de Dirigentes para validação e posterior encaminhamento ao Conselho Superior, visando à sua aprovação.

3.3.3 Identidade do IFS



Por que existimos?

Para onde queremos ir?

O que fazemos?

Quais princípios norteiam a ação institucional?

IDENTIDADE DO IFS

Missão

Promover a educação profissional, científica e tecnológica gratuita e de excelência, em todos os níveis e modalidades, através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, para formação integral dos cidadãos, capazes de impulsionar o desenvolvimento sustentável do Estado e da Região.

Visão

Ser uma instituição de referência na Região Nordeste em educação profissional, científica e tecnológica até 2014.

Serviços

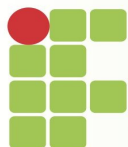
Oferecer educação profissional, científica e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades enquanto processo investigativo para geração de soluções sócio econômicas.

Valores

O Instituto Federal de Sergipe garantirá a todos os seus *Campi* a autonomia da gestão Institucional democrática a partir dos princípios constitucionais da Administração Pública: Ética, Desenvolvimento Humano, Responsabilidade Sócio-ambiental, Inovação, Qualidade e Excelência, Autonomia dos *Campi*, Compromisso Social, Transparência e Respeito à diversidade.

3.3.4 Plano Estratégico 2009-2014 (REVISADO EM 2012)





INSTITUTO FEDERAL
SERGIPE

PLANO ESTRATÉGICO IFS 2012-2014

Desenvolvimento Institucional

Ampliar parcerias estratégicas com outras Instituições Federais

Ampliar o processo de avaliação institucional

Infraestrutura

Adequar edificações existentes visando atender normas técnicas, otimizar uso dos espaços e melhorar índices de conforto dos usuários

Gestão de Pessoas

Elaborar “Plano de Capacitação” que contemple todas as áreas do IFS

Promover ações de integração dos servidores, buscando melhorar o clima organizacional

Fortalecer o sistema de atenção à saúde do servidor (SIASS)

Assistência Estudantil

Construir a política de assistência estudantil do IFS, com ênfase em inclusão e aperfeiçoamento das ações existentes

3.3.5 MAPA ESTRATÉGICO

A motivação para realizar o mapa estratégico seguindo a metodologia do BSC – Balanced Score Card foi por acreditar que os métodos tradicionalmente utilizados para a mensuração do desempenho empresarial estavam se tornando obsoletos e por utilizarem apenas indicadores contábeis e financeiros. Por meio da utilização desse tipo de indicador de forma isolada só é possível analisar resultados de períodos do passado, ficando difícil mostrar as potencialidades de geração de resultados futuros.

Compreendido como um Sistema de Gestão Estratégica, o BSC passa a viabilizar processos gerenciais críticos:

1. Esclarecer e traduzir a visão e a estratégia;
2. Comunicar e associar objetivos e medidas estratégicas;
3. Planejar, estabelecer metas e alinhar iniciativas estratégicas;
4. Melhorar o *feedback* e o aprendizado e estratégico.

O primeiro processo permite aos gestores criar **consenso acerca da Visão e Estratégia da organização**. A Visão e Estratégia devem ser expressas como um conjunto integrado de medidas e objetivos bem definidos para que todos tenham o mesmo entendimento das diretrizes estratégicas e sucesso esperado.

O segundo processo, mobiliza todos os integrantes da organização para ações dirigidas à consecução dos objetivos. Isso faz com que todos os níveis organizacionais entendam a estratégia adotada por sua área e como ela se integra aos fatores globais de sucesso. Isso é possível devido às **relações de causa e efeito entre as medidas** adotadas, o que induz ao raciocínio sistêmico dinâmico.

O terceiro processo busca **integrar os planos financeiros e estratégicos**. Utilizando as medidas do BSC como base para a alocação de recursos e definição de prioridades, os executivos podem concentrar a sua atenção nas iniciativas que visem alcançar os objetivos estratégicos a longo prazo sem prejuízo dos objetivos a curto prazo.

O quarto processo gerencial, é considerado o aspecto mais inovador, aquele que realmente cria um diferencial competitivo sustentável. Os processos

atuais de análise crítica e reformulação concentram o foco de sua atenção em verificar se os objetivos orçados ou projetados foram alcançados. Como podem surgir novas oportunidades ou respostas a ameaças não previstas na formulação do plano estratégico, os executivos devem avaliar se os objetivos continuam válidos. Caso contrário, a estratégia deve ser ajustada e reavaliada à luz dos acontecimentos e do desempenho mais recente. Este **feedback estratégico** alimenta o primeiro processo, onde os objetivos das quatro perspectivas são revalidados ou substituídos de acordo com novos conhecimentos adquiridos.

Nos últimos anos, observamos a crescente importância das organizações não-governamentais e de organizações sem fins lucrativos numa ação voluntária para minimizar problemas sociais. No entanto, devido ao aumento da complexidade dessas organizações, surge a necessidade da utilização de sistemas gerenciais compatíveis com sua nova realidade que, por suas particularidades, devem ser diferentes daqueles utilizados na iniciativa privada.

No caso de instituições governamentais, “acredita-se que o Estado deve modernizar os conceitos de gastos, controle, eficácia e eficiência para alcançar a Administração Gerencial. Estes dois últimos conceitos até por força da Lei de Responsabilidade Fiscal. Novas metodologias e técnicas deverão tomar o lugar do modelo atual que concentra e centraliza funções, e se caracteriza pela rigidez dos procedimentos e pelo excesso de normas e regulamentos.” (Santos, 2003)

Nesse contexto, torna-se importante a utilização do *Balanced Scorecard* na gestão de empresas governamentais e instituições sem fins lucrativos, enfatizando as modificações necessárias para que os resultados provenientes de sua aplicação possam ser maximizados.

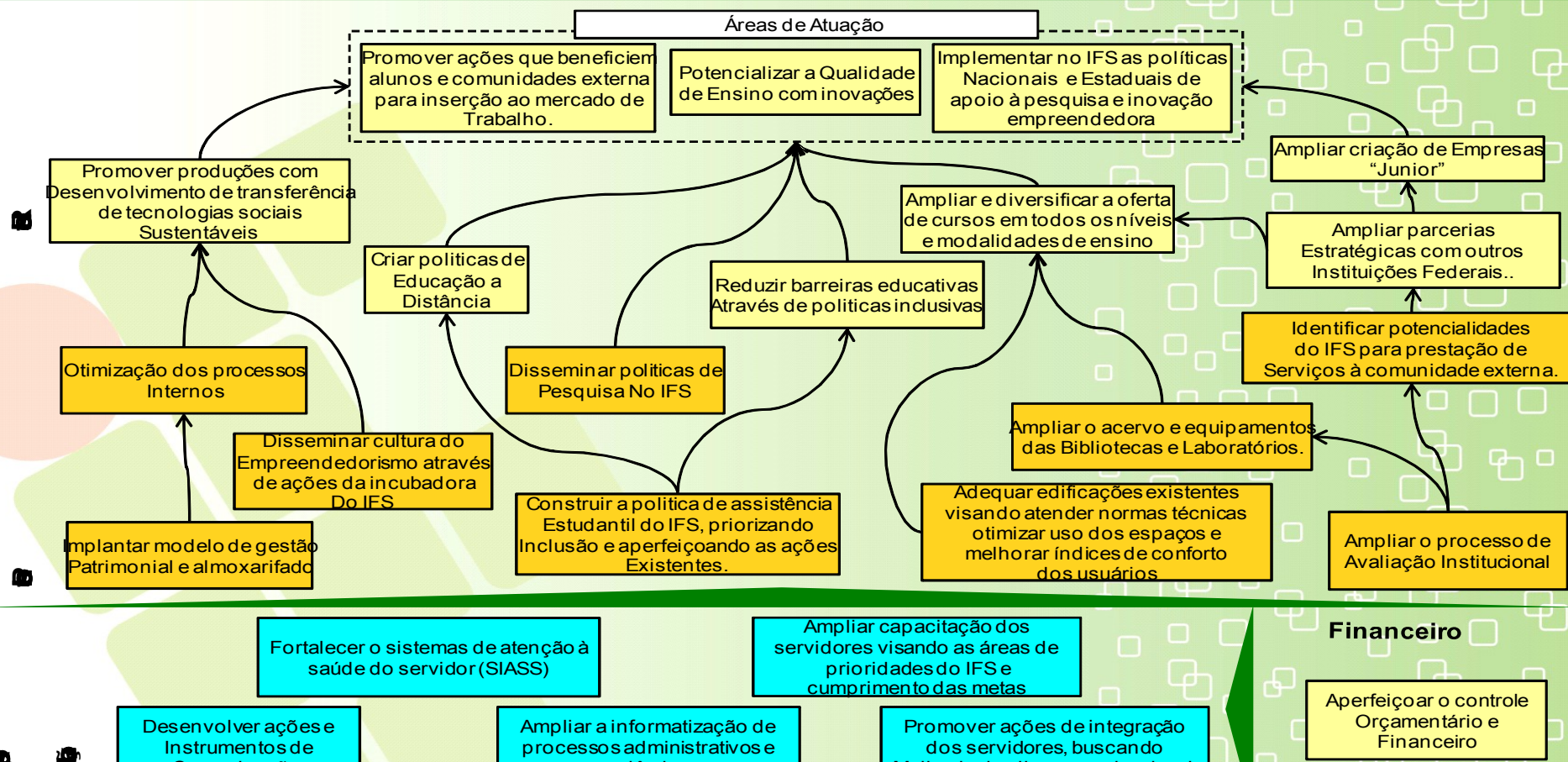
MAPA ESTRATÉGICO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLÓGICA DE SERGIPE

Missão

·Promover a educação profissional, científica e tecnológica gratuita e de excelência, em todos os níveis e modalidades, através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, para formação integral dos cidadãos, capazes de impulsionar o desenvolvimento sustentável do Estado e da Região.

Visão

·Ser uma instituição de referência na Região Nordeste em educação profissional, científica e tecnológica até 2014.



3.3.6 OBJETIVOS E METAS

DIMENSÃO: GESTÃO – D₁

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	METAS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
Otimizar os processos internos.	* Integrar as estruturas existentes e as novas para tramitação de todos os processos;	2012- 2014
	* Estabelecer fluxograma institucional visando fluxos mais eficientes;	2012-2014
	* Identificar os processos críticos das áreas acadêmica e administrativa e redefini-los;	2012
	* Definir quais processos são prioritários;	2012-2014
	* Otimizar o arquivo da instituição com a digitalização de documentos;	2014
	* Disponibilizar informações e modelos de ações de interesse dos estudantes e servidores;	2012
	* Padronizar os documentos existentes e meios eletrônicos do IFS.	2012-2014
	* Executar as ações que se façam necessárias de acordo com o Regimento interno;	2012-2014
	* Tabular os processos administrativos e acadêmicos para gerar indicadores de gestão.	2012-2013
Aperfeiçoar o controle orçamentário e financeiro.	* Implantar sistema de custos setoriais;	2012-2014
	* Desenvolver software que ajude a identificar a tendência de gastos por setor;	2012-2014
	* Definir e divulgar qual orçamento disponível por área e Pró-Reitorias do IFS, no início de cada ano.	2013
	* Tornar pública todas as informações dos gastos e atos administrativos através da criação do portal de transparência do IFS;	2012
	* Criar critérios de divulgação das ações do IFS;	2012
	* Implementar o Boletim de Serviços interno da Reitoria e de cada <i>campus</i> .	2012
Implantar modelo de gestão patrimonial e almoxarifado	* Criar software específico para controle do patrimônio;	2012-2014
	* Definir critérios de transferência de equipamentos entre os <i>campi</i> e entre os <i>campi</i> e a Reitoria;	2012
	* Formular manual de procedimento de utilização dos bens móveis.	2012
	* Criar software específico para controle de Almoxarifado.	2012-2014

DIMENSÃO: ENSINO – D₂

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	METAS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
Potencializar a qualidade do ensino com inovações.	*Adquirir equipamentos que viabilizem maior interação e despertem maior motivação aos estudantes;	2012-2014
	* Utilização de lousas interativas;	2012-2014
	*Incorporar práticas pedagógicas inovadoras em todos os cursos;	2012-2014
	* Promover aulas de nivelamento aos estudantes que apresentarem dificuldade de aprendizado.	2013
	* Redimensionar os cursos de acordo com a legislação em vigor, com as diretrizes do mundo do trabalho e a realidade da região;	2012-2013
	* Criar sistema de créditos para os cursos de nível superior.	2012-2013
Reduzir barreiras educativas através de políticas inclusivas.	* Proporcionar igualdade de condições de aprendizado entre os estudantes portadores de necessidades especiais;	2012-2014
	* Fortalecer os programas educativos do núcleo de apoio a pessoas com necessidades educacionais especiais - NAPNEE;	2012-2014
	* Ampliar as condições de acessibilidade e de acompanhamento psicopedagógico aos estudantes com necessidades educacionais especiais;	2012-2014
	* Promover pesquisas com educadores e estudantes do PROEJA, visando a construção de saberes e procedimentos metodológicos que assegurem qualificação social e profissional a este segmento.	2012-2014
Ampliar e diversificar a oferta de cursos em todos os níveis e modalidades de ensino.	*Oferecer, gradativamente, maior número de vagas para os cursos, em função da demanda, nos diversos campi;	2012-2014
	*Propiciar abertura de cursos que atendam a demanda da região onde se localiza o campus;	2012-2014
	*Realizar pesquisa de mercado em todos os campi, através da contratação de empresa especializada, para levantar a necessidade de novos cursos e extinção	2012-2013

	daqueles que já não apresentam mais demanda na região onde localiza-se o <i>campus</i> ;	
	* Ampliar os procedimentos de acompanhamento e de avaliação das práticas e dos resultados acadêmicos;	2012-201
	* Realizar pesquisas de acompanhamento dos egressos.	2012-2014
Criar política de educação à distância.	* Implantar núcleo EAD-IFS;	2012
	* Estabelecer critérios para escolha de localidades e servidores que participarão da execução do programa de EAD-IFS;	2012
	* Trabalhar conjuntamente com a UFS, no direcionamento dos municípios a serem contemplados pelo sistema de EAD;	2012
	* Elaborar manual para os estudantes da EAD;	2012-2013
	* Criar espaço físico e material necessário à realização das atividades de EAD;	2012 - 2103
	* Promover programa de capacitação continuada para os servidores que atuarão no programa de EAD;	2012-2014
	* Estabelecer os critérios de acesso ao programa de EAD.	2012
Ampliar o acervo e equipamentos das bibliotecas e laboratórios.	* Aumentar substancialmente o acervo de livros atendendo às necessidades dos cursos oferecidos;	2012-2014
	* Informatizar as bibliotecas;	2012-2013
	* Implantar bibliotecas nos novos <i>campi</i> ;	2012-2014
	* Adquirir equipamentos para os laboratórios com foco nos cursos oferecidos.	2012-2014

DIMENSÃO: PESQUISA E INOVAÇÃO – D₃

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	METAS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
Disseminar a cultura do empreendedorismo através de ações da incubadora do IFS.	* Lançar edital e divulgar nas turmas dos cursos existentes, fomentando atividades de pré-incubação;	2012-2013
	* Criar no mínimo duas empresas pré-incubadas para o IFS;	2013-2014
	* Elaborar programa de fomento à pesquisa e a iniciação científica e tecnológica.	2012
Implementar no IFS as políticas nacionais e estaduais de apoio à pesquisa e inovação empreendedora.	* Criar exposição anual de trabalho técnicos e científicos – EXPOTEC;	2012-2014
	* Participar dos editais de fomento à pesquisa, inovação e empreendedorismo da CAPES, CNPQ, FINEP e FAPITEC.	2012-2014
Disseminar cultura de pesquisa aplicada no IFS.	* Criar bolsas de pesquisa com valores diferenciados para projetos que apresentem aplicabilidade efetiva;	2012-2013
	* Ampliar programa institucional de bolsas PIBIC concomitante com a criação de novos cursos e abertura de novos campi do IFS;	2012-2014
	* Criação do prêmio "Talento Inovador";	2012-2013
	* Apoiar a captação de recursos para o desenvolvimento de projetos dos grupos de pesquisas;	2013-2014
	* Incentivar a união das linhas de pesquisa nos projetos tecnológicos e sociais, objetivando maximizar a participação das comunidades junto ao IFS.	2012-2014
Promover produção com o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais sustentáveis.	* Firmar parcerias com Universidades e outros Institutos, visando à transferência de tecnologia.	2012-2013

DIMENSÃO: EXTENSÃO –D₄

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	META	PERÍODO DE EXECUÇÃO
Ampliar a criação de empresas "Júnior".	* Promover ações empreendedoras em parcerias com outras instituições;	2012-2013
	* Possibilitar a criação de empresas "Júnior" de acordo com o potencial do curso e de cada região, viabilizando o	2013-2014

	empreendedorismo; * Criar no mínimo duas empresas “Júnior” no IFS.	2013-2014
Identificar as potencialidades do IFS para prestação de serviços a comunidade externa.	* Realizar levantamentos buscando identificar nos cursos ministrados, serviços que possam ser oferecidos à comunidade externa;	2012-2013
	* Oferecer serviços na área de engenharia à comunidade externa;	2012-2014
	* Oferecer ações de integração de comunidades carentes a inserção no mercado;	2012-2014
	* Promover maior divulgação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, oferecidos pelo IFS à comunidade externa junto a CCOM;	2012-2014
	* Implantar curso preparatório para egressos que desejem ingressar no ensino superior do IFS;	2013-2014
	* Incentivar o extensionismo, oferecendo o suporte necessário para o bom desenvolvimento das ações dos projetos.	2012-2013
Promover ações que beneficiem os estudantes e comunidade externa para inserção ao mercado de trabalho.	* Estabelecer parcerias entre as empresas e o IFS;	2012-2014
	* Estabelecer parcerias entre CIEE/CIEC, IEL e NAT;	2012-2014
	* Construir relacionamentos formais (participação em comitês, câmaras técnicas e outros) e empresas do setor e agentes governamentais;	2012-2014
	* Propiciar aos estudantes do IFS e egressos, cursos de aperfeiçoamento profissional, técnico e de linguagem.	2012-2014

DIMENSÃO: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – D₅

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	META	PERÍODO DE EXECUÇÃO
Ampliar a informatização de processos administrativos e acadêmicos.	* Implantar um novo “Sistema de Gestão” que contemple a gestão administrativa, patrimonial, almoxarifado, acadêmico entre outros setores;	2012-2014

	* Criar novo protocolo que possibilite a integração da informação entre todos os setores das unidades do IFS;	2012-2013
	* Integrar rede de dados de voz e multimídia entre a reitoria e os <i>campi</i> (VOIP);	2012-2013
	* Tornar o site da instituição mais interativo com a comunidade externa e interna;	2012-2013
	* Adquirir novos equipamentos de informática e multimídia da área acadêmica e administrativa;	2012-2014
	* Proporcionar acessibilidade aos portadores de necessidades especiais ao site institucional;	2012-2013
	* Buscar alternativas de Software livre.	2012-2013
	* Proporcionar a infraestrutura básica de cabeamentos e equipamentos que se fazem necessárias à implantação de redes e sistemas nos novos <i>campi</i> ;	2012-2014
	* Melhorar os equipamentos de infraestrutura existentes;	2012-2014
	* Propiciar a inclusão digital através da instalação de tele centros em cada <i>campus</i> do IFS.	2012-2014
	Desenvolver ações e instrumentos de comunicação.	
	* Implantar sistema de videoconferência entre a Reitoria e os <i>campi</i> ;	2012-2013
	* Implantar sistema integrado de telefonia para os <i>campi</i> ;	2012-2014
	* Implantar conversação on-line entre as unidades do IFS;	2013
	* Fortalecer a política de segurança da informação.	2012-2014
	* Contemplar a transparência e agilidade na prestação de informações para todos os setores interessados;	2012
	* Criar critérios para divulgação de artigos e outros documentos no site da Instituição;	2012

	* Divulgar de forma ampla junto aos gestores e coordenadores do IFS, as diretrizes contidas no Regimento Interno.	2012
	* Implementar e veicular a intranet no IFS;	2012
	* Realizar pesquisa para verificar a utilização da intranet entre os servidores e coletar sugestões para melhoria do sistema.	2012-2014
	* Divulgar permanentemente as atividades desenvolvidas pelo IFS;	2012-2014
	* Disseminar os objetivos do IFS e quais suas finalidades para com a sociedade;	2012-2014
	* Ampliar e consolidar o relacionamento com a imprensa e utilizar meios alternativos de divulgação do IFS: televisiva, rádio e outros meios de marketing;	2012-2014
	* Participar das atividades culturais, esportivas e sociais da cidade, região e do estado, com a finalidade de fortalecer a imagem institucional do IFS;	2012-2104
	* Produzir vídeo institucional objetivando a divulgação dos cursos e serviços prestados pelo IFS junto aos estudantes, servidores e a comunidade em geral.	2012-2014

DIMENSÃO: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – D₆

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	META	PERÍODO DE EXECUÇÃO
Ampliar parcerias estratégicas com outras Instituições Federais.	* Realizar levantamentos das parcerias/convênios existentes e tentar ampliá-los;	2012
	* Identificar eixos de cooperação para atuação do IFS;	2012-2014
	* Realizar parcerias com as Universidades, objetivando garantir vagas institucionais para os servidores nos programas de pós-graduação.	2012-2014
Ampliar o processo de	* Alinhar os cursos e suas estruturas de	2012-2013

avaliação institucional.	acordo com os critérios estabelecidos pelo INEP/MEC;	
	* Realizar levantamento das exigências do MEC e disseminar entre os cursos avaliados;	2012
	* Tornar público os resultados obtidos por cada curso.	2012
	* Integrar a forma de gerir do IFS, padronizando a gestão entre os <i>campi</i> ;	2012-2014
	* Padronizar setores equivalentes dos <i>campi</i> e da Reitoria, com tratamento isonômico;	2012-2014
	* Fortalecer a gestão democrática, participativa e transparente no IFS;	2012-2014
	* Constituir núcleo de planejamento da Reitoria, visando elaborar, acompanhar e avaliar todas as atividades de planejamento da Reitoria e auxiliar os <i>campi</i> nesta área;	2012-2013
	* Elaborar o "Regimento Interno" de cada <i>campus</i> tendo o "Regimento Interno do IFS" como referência.	2012-2013
	* Propiciar uniformidade de procedimento entre as unidades do IFS;	2012-2103
Criar e desenvolver cultura organizacional para o IFS, visando à busca da eficiência e eficácia organizacional.	* Construir as unidades necessárias à expansão do IFS no estado, determinando o período de execução de cada projeto.	2012-2014
	* Estimular o desenvolvimento de indicadores de produtividade com vistas à administração gerencial;	2012-2014
	* Promover o IFS como um novo órgão que possui amplitudes maiores e que contemplam dimensões que se diferenciam das estruturas anteriores à sua implantação;	2012-2014
	* Utilizar modelos de gestão eficiente e que se adapte a realidade do IFS;	2012-2014
	* Executar palestras, oficinas e minicurso para divulgar as diretrizes institucionais.	2012-2103
	* Divulgar para os servidores do IFS a atualização do PDI;	2012
	* Construir o PAD de acordo com as dimensões e objetivos estratégicos do PDI.	2012-2014

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	METAS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
Realizar construção de novos <i>campi</i> e propiciar a infraestrutura necessária para seu funcionamento	* Construir os novos <i>campi</i> provenientes da terceira etapa do plano de expansão da Instituição;	12/2014
	* Planejar as demandas por edificação conforme necessidades típicas de funcionamento de cada <i>campus</i> ;	12/2012
	* Elaborar cronograma de construção nos <i>campus</i> , respeitando-se o cronograma de recursos financeiros do IFS.	12/2012
	* Planejar a construção de nova sede da Reitoria;	05/2012
	* Promover um plano de remanejamento do corpo administrativo e dos estudantes, lotados nos espaços afetados pelas reformas;	04/2012
	* Adaptar sedes temporárias para instalação do corpo administrativo e dos estudantes, deslocados para a construção da nova sede;	08/2012
	* Viabilizar ações para que as rotinas de administração e ensino sejam minimamente comprometidas durante a execução das obras.	10/2012
	* Adequar ambientes observando NBR9050 de acessibilidade universal;	12/2014
	* Redimensionar e melhorar as instalações de apoio aos estudantes como salas de aula, alojamentos, ginásios, bibliotecas, entre outros, mediante a construção ou requalificação dos edifícios;	12/2014
	* Redimensionar ambientes administrativos conforme ampliação do quadro de servidores através da otimização de Layouts ou da construção de novos edifícios.	12/2014

DIMENSÃO: GESTÃO DE PESSOAS – D₈

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	METAS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
Elaborar “Plano de Capacitação” que contemple todas as áreas do IFS.	* Buscar parcerias com instituições públicas para obtenção de cursos de qualificação profissional;	2012
	* Mapear as necessidades de capacitações dos servidores dos <i>campi</i> e	2012-2014

	da Reitoria, objetivando a elaboração do “Plano de Capacitação” do IFS;	
	* Desenvolver plano de capacitação para os servidores recém-ingressados no serviço público;	2012-2014
	* Direcionar percentual maior das capacitações para cursos com relação direta com as atividades rotineiras do IFS;	2012-2014
	* Realizar capacitações contínuas para docentes e técnicos da instituição.	2012-2014
	* Identificar perfil dos servidores por área, buscando melhorar o desempenho profissional da instituição;	2012-2013
	* Realizar rotatividade de pessoal por setor, visando maior conhecimento profissional em comum acordo com o servidor;	2012-2013
	* Designar as tarefas sempre respeitando atribuições inerentes aos cargos;	2012-2014
	* Estimular a produção científica ou de projetos que visem à melhoria das práticas de trabalho.	2012-2014
	* Oferecer cursos de gestão e empreendedorismo;	2012-2014
	* Oferecer cursos de liderança no serviço público;	2012-2014
	* Oferecer cursos de cultura organizacional e administração pública gerencial.	2012-2014
Promover ações de integração dos servidores, buscando melhorar o clima organizacional	* Elaborar programa de acolhimento e ambientação para os novos servidores do IFS;	2012-2014
	* Promover ações esportivas e sociais que permitam maior integração entre os servidores, buscando melhorar o clima organizacional.	2012-2014
Fortalecer o sistema de atenção à saúde do servidor (SIASS)	* Implementar atividades de saúde laboral e ergonomia do trabalho;	2012-2014
	* Implantar ações de prevenção de acidentes de trabalho.	2012-2014

DIMENSÃO: ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – D₉

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	METAS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
Construir a Política de Assistência Estudantil do IFS com ênfase em inclusão e aperfeiçoamento das ações existentes.	* Ampliar os serviços de Assistência aos estudantes, contribuindo para a redução da evasão escolar;	2012-2014
	* Constituir equipe multidisciplinar para realizar acompanhamento psicopedagógico e social;	2012-2014
	* Acompanhar o monitoramento do desempenho acadêmico dos estudantes junto à PROEN, contribuindo assim para a permanência dos mesmos no IFS, com êxito;	2012-2014
	* Ampliar a divulgação dos programas de Assistência Estudantil junto à comunidade discente;	2012-2014
	* Dar continuidade à ampliação dos programas e ações de Assistência Estudantil oferecidos pelo IFS para todos os <i>Campi</i> , fortalecendo a equidade de procedimentos;	2012-2014
	* Garantir seguro de acidente pessoal para estagiários e seguro de vida para todos os estudantes do IFS;	2012-2014
	* Realizar reuniões com os estudantes de cada Programa, visando maior integração entre eles e um melhor acompanhamento das ações de Assistência Estudantil;	2012-2014
	* Dar maior visibilidade das ações promovidas pelo IFS com os estudantes das comunidades interna e externa, através de portal específico do Instituto, bem como por meio da rede social criada pela DIAE com a autorização da Reitoria (BLOG da DIAE).	2012-2014
	* Diagnosticar o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes do IFS, atualizando constantemente o banco de dados;	2012-2014
	* Construir e realizar o I Fórum de Assistência Estudantil do IFS;	2012-2014
	* Ampliar o número de estudantes assistidos no Programa de Inclusão Social – PISOC;	2012-2014
	* Aumentar os valores de Auxílios do	2012-2014

	PISOC, da Bolsa Monitoria (do Ensino Médio Técnico e Subsequente) e do Auxílio Financeiro PROEJA (Programa de Educação de Jovens e Adultos);	
	* Elaborar normas para a concessão de novos auxílios da Assistência Estudantil;	2012-2014
	* Elaborar e executar programas e ações nas áreas: social, psicopedagógica e de educação, ciência e tecnologia;	2012-2014
	Viabilizar a capacitação da equipe técnica da DIAE nas áreas de Assistência Estudantil, Educação, Serviço Social, Pedagogia e Psicologia;	2012-2014
	Apoiar a capacitação da equipe técnica do(s) Núcleo(s) Básico(s) de Suporte à Assistência Estudantil – NUBSAE(s) juntamente com os Diretores dos Campi.	2012-2014